

Silêncio e violência: a educação de crianças vítimas de abuso sexual na família

* Veralucia Pinheiro

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar o processo de socialização de meninas vítimas de abuso sexual na família, buscando elucidar a relação entre os elementos que constituem a educação oferecida pela família e a ocorrência do fenômeno.

Sabe-se que educação não significa necessariamente emancipação. A humanidade durante todo seu desenvolvimento tem produzido e reproduzido infinitas formas de violências, muitas vezes sob a justificativa de educar, corrigir, enfim, socializar os indivíduos, especialmente as crianças e adolescentes. Para Berger & Luckmann (1999:175), a sociedade é constituída por uma realidade objetiva e outra subjetiva que deve ser compreendida em termos de um processo dialético, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização. Em relação ao fenômeno social e ao membro individual, estes momentos devem ser pensados de forma simultânea, ou seja, ao mesmo tempo em que exterioriza seu próprio mundo social, também o interioriza como realidade objetiva. Assim, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade.

Contudo, estes autores lembram que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas, apenas com predisposição para a sociabilidade. Sua inserção enquanto membro da sociedade obedece a uma seqüência temporal durante a qual ele é induzido a tomar parte na dialética desta sociedade, cujo ponto de partida é a interiorização, em outras palavras, é a apreensão ou interpretação de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, ou seja, só, quando a manifestação da subjetividade do outro já pode ser entendida por um indivíduo como algo compreensível ele terá realizado o primeiro grau de interiorização, apto, portanto, a tornar-se membro da sociedade. O processo ontogenético pelo qual isto se realiza é a socialização, definida por eles, como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de uma parte dela. Assim, socialização primária é a socialização inicial do indivíduo na sociedade e a secundária, são os processos

*Mestranda em Educação Brasileira pela Faculdade de Educação da UFG.

subseqüentes que introduzem um indivíduo já socializado a novos setores do mundo objetivo.

Ainda de acordo com **Berger & Luckmann** (1999:176), a socialização primária tem em geral para o indivíduo o valor mais importante, uma vez que a estrutura básica de toda socialização secundária assemelha à da socialização primária. Dessa forma, a socialização primária implica mais do que o aprendizado puramente cognoscitivo, pois ocorre em circunstâncias onde se encontram envolvidos um alto grau de emotividade. A criança identifica-se com os outros significativos por uma série de modos emocionais, sendo que a interiorização qualquer que seja ela somente se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos. É por meio desta identificação que ela torna-se capaz de identificar a si mesma, de forma subjetivamente coerente e plausível. Os conteúdos interiorizados na socialização primária tornam-se muito mais firmemente incrustados na consciência do que os conteúdos interiorizados nas socializações secundárias.

Assim, a instituição família apresenta-se como o locus de socialização e de sociabilidade privilegiado, que deve ser compreendida enquanto instância de diversidade, evitando como diz Ribeiro (1993:71-84), se limitar à visão econômico-funcional, que a percebe somente como espaço de reprodução das ideologias dominantes. O conceito de sociabilidade trabalhado por esta autora não o restringe a espaços fixados e não se limita a períodos determinados, ela é um processo que atua na flexibilização dos modelos e representações de família construídos durante o desenvolvimento da socialização. Neste processo, nas relações entre eles e nas imbricações deles com determinações da sociedade considerada de forma mais ampla, onde atuam inclusive as determinações de ordem estrutural, é que acontecem tanto a construção como a fragmentação dos valores, propostos como objetivos coletivos para a sobrevivência na sociedade.

É nessa perspectiva que se buscou analisar os dados relacionados às influências de fatores que compõem o universo cultural das famílias entrevistadas (mães e filhas). Seus princípios e práticas foram compreendidos por seu caráter universal, que a par de suas especificidades, guardam em seu interior, aspectos que articulam simultaneamente elementos homogeneizadores e heterogeneizadores. Diferente de outras formas de violência, o abuso sexual não pode ser considerado uma prática comum que compõe o

conjunto de mecanismos da sociabilidade organizado pelas famílias enquanto instituição, esta é uma situação que em hipótese alguma é percebida como normal ou natural daí a existência do segredo que em qualquer família de qualquer classe social, encontra-se presente. Também os valores religiosos, a extrema valorização da obediência, a preservação de antigos valores definindo o papel do homem e da mulher e o lugar ocupado pelas crianças, são elementos que apontam para a universalidade das famílias, especialmente daquelas que convivem com o fenômeno do abuso sexual.

O conceito abuso sexual foi desenvolvido por Azevedo e Guerra (1988:12), cujo termo utilizado por elas é: “abuso-vitimização sexual”, tem a perspectiva de abarcar um fenômeno que em sua totalidade é identificado como o processo responsável por provocar dano à criança mediante sua participação forçada em atos eróticos. Embora no desenvolvimento das análises realizadas para este estudo, utilizou-se de forma abreviada o termo abuso ou vítima, concorda-se com a procedência dos argumentos das autoras dando conta da unilateralidade do termo abuso que, quando usado isoladamente apresenta ênfase no pólo adulto e, quando o termo é vitimização o pólo é a criança.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

O estudo do processo de socialização de meninas vítimas de abuso sexual na família, decorre do próprio interesse e envolvimento profissional da pesquisadora com questões relacionadas à violência contra a criança e o adolescente em geral. O recorte temático abarcando especificamente o abuso sexual deve-se, sobretudo, ao vínculo de trabalho com a Universidade Federal de Goiás, cuja inserção no NECASA¹ permitiu perceber a aflição das mães de crianças e adolescentes que procuram o órgão atrás de um “remédio”, que resolva os problemas psicológicos, emocionais apresentados por suas filhas e que lhes permitam ainda, retomar a educação que antes da revelação dos fatos, norteava a vida doméstica da família. Na verdade, as mães procuram por atendimento terapêutico, acreditando que este tratamento livrará suas filhas dos fantasmas do passado e de suas conseqüências. Portanto, as inquietações estavam relacionadas ao seguinte problema: como ocorre a socialização das crianças vítimas de abuso sexual?

¹- Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente, órgão da U.F.G. vinculado a

É importante esclarecer que as ações de saúde desenvolvidas pelo NECASA são realizadas junto ao Hospital das Clínicas – HC, esta unidade de saúde mantém três ambulatórios somente para atendimento de adolescentes, na faixa etária de 10 a 19 anos. O atendimento inicial é realizado em todos os ambulatórios por uma equipe multiprofissional, composta por assistentes sociais, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos, psicopedagogos e estagiários dos cursos de Serviço Social e Psicologia da Universidade Católica de Goiás. O ambulatório Geral, conta com preceptores pediatras e residentes da Pediatria, que são médicos especializando-se em Pediatria, internos da Pediatria (alunos do 6º ano do curso de Medicina da UFG), enquanto que o Ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia, conta com preceptores ginecologistas e obstetras, residentes da Ginecologia e Obstetrícia que são médicos especializando-se em Ginecologia e Obstetrícia.

Após o primeiro atendimento que acontece nos ambulatórios, localizados no interior do HC, os adolescentes de acordo com encaminhamento da equipe multiprofissional podem ou não dar continuidade ao tratamento, em outras palavras, a identificação de problemas psicológicos ou emocionais por parte da equipe, deve resultar na indicação de atendimento terapêutico. Este se realiza nas dependências do NECASA, que se localiza nos fundos do HC (área externa). Porém, nem sempre a indicação dos profissionais resulta nesta modalidade de atendimento. Tais indicações significam que os adolescentes necessitam da terapia, mas, esta só se realiza quando há disponibilidade de profissionais para atendê-los.

Assim, tendo por objeto de pesquisa, os elementos culturais, enfim os valores que perpassam a educação oferecida pelas famílias às vítimas de abuso sexual, definiu-se por escolher somente os adolescentes do sexo feminino, uma vez que estatisticamente as meninas estão mais sujeitas à violência sexual doméstica, dado apresentado pela literatura nacional e estrangeira, confirmada neste estudo. O recorte temático abarcando o ano de 1998 deve-se ao fato de que foi neste ano que os profissionais do NECASA apresentaram maior preocupação com o fenômeno o que resultou na criação de um grupo de estudos, cujo mérito além do aprofundamento teórico, foi provocar discussões acerca da problemática, contribuindo dessa forma, para o processo de rompimento com os preconceitos que ainda prevalecem no interior das instituições de saúde e educação.

Formuladas as definições necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, foi realizado uma revisão bibliográfica de autores que tratam deste tema, com a perspectiva imediata de construir um instrumento para coleta de dados, capaz de abarcar o fenômeno em sua totalidade. Tais estudos indicaram a família, a infância/adolescência e a violência como categorias fundamentais para os objetivos deste trabalho. A própria necessidade de conhecer as mediações, sentimentos e os valores inerentes a estas categorias atuou como elemento importante na definição da Entrevista (aberta) como modelo de instrumento a ser utilizado.

Além dos estudos teóricos já mencionados, consultou-se pesquisas relacionadas tanto a essa temática de forma específica, quanto outras que abordam as categorias que foram consideradas fundamentais. Durante o período compreendido entre abril e junho de 1999 foram elaborados dois Roteiros de Entrevistas, que após ser validado por uma equipe, composta por três professores pesquisadores desta temática, foram liberados para as entrevistas com as adolescentes e suas respectivas mães.

Para selecionar os sujeitos da pesquisa, foram consultados todos os prontuários de adolescentes atendidos nos Ambulatórios para adolescentes do HC, vinculados ao NECASA, e realizados durante o ano de 1998, perfazendo um total de seiscentos e quarenta. A leitura destes prontuários atentou para as anotações de todos os profissionais que o utilizam, tais como, assistente social, psicólogo, psicopedagogo e médico. Desse total, foram identificados quatorze casos de abusos sexuais, dos quais, cinco, foram desconsiderados, em decorrência das seguintes condições: 1 - Tratou-se de indivíduo do sexo masculino; 2 – Adolescente com deficiência mental, o que a impossibilitava de participar da entrevista; 3 – Não foi localizada no endereço que constava em seu prontuário arquivado no HC; 4 - A mãe se recusou a participar da entrevista e não permitiu que a filha participasse; 5 – identificou-se posteriormente que a adolescente foi vítima de violência sexual por parte de um desconhecido, fora da família.

Os contatos com as adolescentes e suas mães foram feitos através do telefone anotado no livro de registro do Serviço Social ou pelo endereço nos casos de sua inexistência. Ao final, participaram das entrevistas, nove adolescentes, sendo que apenas cinco mães o fizeram, em decorrência de diversos motivos.

As quatorze entrevistas (nove adolescentes e cinco mães), foram realizadas no mês de julho de 1999 e foram todas gravadas. Com exceção de Alessandra, que em função de dificuldades pessoais necessitou-se gravar a entrevista em sua residência, as demais aconteceram na sede do NECASA, mesmo as que foram feitas nos finais de semana. Esta opção pelo espaço institucional visou preservar a privacidade das adolescentes e de suas mães, pois muitas vezes o fim do segredo não envolveu todos os membros da família. Além disso, tratando-se de famílias pobres, suas habitações não os protegem do contato permanente com os vizinhos ou com seus próprios parentes. Esta situação pôde ser percebida com Alessandra, em que pese, sua boa vontade em colaborar, constantemente mencionava o medo de que o irmão pudesse ouvi-la.

A transcrição das fitas com as gravações das entrevistas foram feitas ainda no mês de julho, ou seja, imediatamente após cada entrevista fazia-se sua transcrição, buscando dessa forma, estabelecer maior familiaridade com os dados. A partir de agosto de 1999, iniciou-se a análise destes dados, articulando-os com as questões teóricas desenvolvidas por diversos autores. A análise dos dados apresentou categorias mediadoras ou subcategorias fundamentais para a compreensão do objeto investigado. A constituição dos valores mediados pela religião, a dicotomia entre princípios e práticas, cuja expressão encontram-se nas mães que ressaltam suas mágoas diante da educação repressora, autoritária e violenta que lhes foram oferecidas em suas famílias de origem, porém, na prática reproduzem os velhos mecanismos com os próprios filhos, tais como a utilização de surras, gritos, para obter a obediência das crianças e adolescentes. Como diria o velho Chico, esta distância entre intenção e gesto, é também percebida na recusa das mães em tratar de assuntos acerca da sexualidade, na relativização dos atos dos agressores, que em virtude de sua “masculinidade” são presas fáceis de suas próprias fraquezas, ou quando ainda os percebem como ingênuos, pouco esclarecidos, ou mesmo condicionados pelas circunstâncias advindas das precárias condições de privacidade da família.

Neste sentido, este tema assume grande importância, pois pode contribuir com o crescimento do interesse pelo estudo relacionado ao abuso sexual, bem como, com temas que aprofundem os conhecimentos acerca da família enquanto locus de inculcação de normas e regras, cuja função mediadora entre os indivíduos e a sociedade, nem sempre

pode ser considerada espaço de proteção, nem tampouco pode ser percebida de forma homogênea, pois historicamente ela tem proporcionado rupturas e continuidades.

Mas, este estudo pode principalmente contribuir para a compreensão dos aspectos constitutivos da educação autoritária voltada para a obediência e a submissão assumidos pela família e muitas vezes reproduzida em instituições como a escola e outras, podendo trazer elementos novos à discussão da questão relacionada ao silêncio, que em geral acompanha fenômenos de abusos sexuais envolvendo crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O eixo norteador desta pesquisa é a relação entre o viver e o sobreviver em família e a educação compreendida de forma ampla e em níveis diferenciados. A abordagem teórica e histórica da família realiza-se a partir da perspectiva de autores, como Pôster, Adorno e Horkheimer, Ariès, Ribeiro, Costa e outros, que analisam a historicidade da família, seu isolamento a partir da Revolução Burguesa e sua paulatina transformação em família nuclear moderna. Na análise das entrevistas com as mães das adolescentes vítimas de abuso sexual, obtém-se dados a respeito dos valores constitutivos do universo destas famílias. A discussão teórica sobre a família foi realizada de forma simultânea a análise dos dados acerca da sexualidade, da transmissão das regras no interior das famílias, enfim, dos valores morais e religiosos destes indivíduos. Busca-se, portanto, compreender o papel que a família moderna nuclear ocupa nas sociedades atuais, enquanto fato cultural, historicamente condicionado. Seu caráter universal possibilitado pela produção da vida material, que, em que pesem as singularidades de cada país, de cada cultura, mantêm elementos inerentes ao modo de produção, cujas implicações no processo de construção das instituições são inegáveis. Essa pretensão à universalidade, entretanto, não implica desconsiderar o problema axiológico da subjetividade ou da objetividade quando não formulada explicitamente. Ao contrário, pretende-se deixar emergir os conflitos ideológicos, os preconceitos, enfim as contradições inerentes aos processos de socialização adotados pelas famílias.

Ariès (1981:271), lembra que a origem da família como a conhecemos possui raízes aristocrática e burguesa, porém, como ela estendeu-se praticamente por toda a sociedade, as pessoas esqueceram de sua origem. Em decorrência deste “esquecimento”, pode-se dizer que os valores, as normas construídas por ela são aceitas como verdade natural, eterna. Porém, a hegemonia deste modelo não ocorreu espontaneamente nem de forma homogênea. Sua construção foi e permanece irregular, sua história continua se desenvolvendo através de padrões distintos e qualquer explicação linear corre o risco de desconsiderar sua própria história e sua própria explicação para os fatos ou fenômenos.

As crianças e adolescentes são compreendidas neste estudo, como os sujeitos privilegiados do processo de socialização desenvolvido pelas instituições. De uma situação que não eram percebidos em suas especificidades, a infância e adolescência adquirem status especial nesta sociedade e posição central nas famílias. Para Ariès (1981:164), a substituição da educação da Idade Média que antes se realizava através dos hábitos de camaradagem pelo colégio moderno, o envolvimento de moralistas e educadores como Gerson e o cardeal d’Estouteville, que defendiam a necessidade de formar os espíritos jovens e inculcar-lhes virtudes, formam a base de construção histórica das idéias que sustentam as concepções sobre a educação das crianças e adolescentes na sociedade moderna.

A contextualização da infância e adolescência no Brasil aborda prioritariamente os dados relacionados ao processo de exclusão social das famílias, fator que a par de não explicar, tampouco justificar a violência, contribui para a maior vulnerabilidade das crianças e adolescentes pobres, pois estas, além das condições subjetivas que podem levar indivíduos de qualquer classe social a praticar violências, ainda enfrentam as condições objetivas que atravessam sua sobrevivência.

A análise da violência em suas várias manifestações, como a repressão, a submissão, o silêncio, e a prática do abuso sexual justamente por parte dos indivíduos encarregados formalmente pela proteção das crianças ou adolescentes, ocupa espaço central nesta pesquisa. O mito da família como refúgio sagrado, espaço de proteção é gradativamente desconstruído mediante a apresentação dos dados, cuja síntese encontra-se em relatos de mães e de adolescentes. No universo das famílias entrevistadas, duas mães

sofreram abusos sexuais quando eram crianças ou adolescentes, condição que se repete depois com suas filhas:

Aos 13 anos meu avô tentou mexer comigo... com o dedo (...) eu nunca tive coragem de contar, porque minha mãe não me criou, quando eu conheci meu avô logo ele fez isso comigo, eu afastei e logo ele morreu (...). (mãe de Sinara).

A mãe de Sara que também confirma violência sexual na adolescência, expressa em seus relatos a experiência de uma educação familiar, onde predominavam o silêncio, o medo e a repressão:

... eu trabalhava na casa de um casal de velhos, aí o velho abusou de mim sexualmente. Eu era muito boba, não entendia, tinha vergonha de contar para minha mãe, fiquei guardando tudo para mim, sozinha, sofri muitos anos (...). Ele (o patrão), mandava eu trabalhar no bar dele, arrumar a geladeira, as coisas e daí ele trancava a porta só comigo lá dentro, e a mulher dele ficava parada pra lá, não sei se ela não sabia ou se ela não queria saber... eu tenho a impressão que ela sabia, fazia de cega.(mãe de Sara).

As expectativas de novas práticas refletidas no discurso das mães que procuram romper com a educação considerada tradicional oferecida pelos pais, muitas vezes estão distante da prática. Esta ambigüidade está no relato da mãe de Sara, que ao comentar o abuso sexual que sua filha sofreu, diz: “ se aconteceu alguma coisa foi porque eles quiseram também” , porém, ao lembrar a violência contra ela própria, ressalta a esposa de seu patrão que se fazia de cega para não ajuda-la. . O medo da reação da mãe, expresso no silêncio guardado durante muitos anos identifica-se no presente de sua filha, abusada sexualmente pelo irmão mais velho e que também guardou segredo durante anos e anos. Esta condição das duas gerações de uma mesma família parece indicar que a ausência de uma educação voltada para a emancipação dos indivíduos, bem como a inexistência das condições objetivas para exercício da cidadania, contribuem para a permanência de situações análogas a barbárie que há séculos permeiam as relações institucionais, inclusive familiares.

Além da submissão e do silêncio um outro elemento aparece nos relatos das mães, a “culpa”, este sentimento deliberadamente cultivado pelo movimento dos educadores e moralistas europeus do século XVIII, foi reeditado nas escolas e famílias

brasileiras, de início pelas mãos competentes dos Jesuítas, mais tarde pelo conjunto dos párocos, demais educadores e líderes religiosos. Ela foi identificada em diversos momentos das entrevistas realizadas com as mães e em relação à mãe de Sara, a presença da culpa, além do sofrimento, demonstram o quanto sua educação foi repressora, pois entregue por sua mãe a uma família com o objetivo de trabalhar e ajudar no sustento de sua casa, foi abusada pelo patrão com apenas 12 anos de idade e mesmo assim quando fala das razões de seu silêncio, deixa transparecer sinais de culpa: “... só muitos anos depois, quando eu me tornei adulta e que eu quis casar, eu falei para minha mãe, foi aí que eu confessei”.

Na fala desta mãe está presente um conflito que pode ser observado também no relato da mãe de Sara: a incapacidade em adotar novas atitudes, novos parâmetros educativos para antigas situações. Elas possuem consciência dos aspectos negativos em relação à maneira como foram “criadas”, mas, não conseguem agir de forma diferente. Apesar de valorizarem ao nível dos princípios o diálogo, estas mães não resistem e utilizam à violência às vezes tanto quanto seus pais.

Lasch (1991:25), relaciona esta conduta dos indivíduos à enorme influência emocional da família, pois ao exercer seu papel de principal agente da socialização, não só repassa normas éticas, proporcionando à criança sua primeira instrução sobre as regras sociais, mas também molda seu caráter utilizando vias das quais nem sempre ela tem consciência afetando conseqüentemente toda a experiência anterior da criança.

O autor lembra que a união de amor e disciplina nas figuras do pai e da mãe, cria um ambiente carregado, no qual a criança aprende lições que nunca esquecerá . Tais lições não são necessariamente explícitas, mas a criança desenvolve uma predisposição inconsciente para agir de determinada maneira e recriar mais tarde, em suas relações com seres queridos e autoridades, suas primeiras experiências. Os pais expressam amor e poder, e transmitem em seus atos, mesmo independentes de suas intenções manifestas, os preconceitos e as obrigações mediante os quais a sociedade trata de organizar a experiência. Esta é, portanto, a parte da socialização que cabe à família, pois se a reprodução da cultura fosse somente uma questão de disciplina e instrução formais poderia ficar a cargo das escolas. No entanto, é necessário que a cultura esteja incrustada na personalidade.

A interlocução com autores como Arendt (1985), Horkheimer (1990), Adorno (1995), Costa (1986), Lasch (1991) corroboraram pressupostos apontados pela empiria, os

quais por sua vez, trazem novas categorias, que se pode chamar de mediadoras. Assim, as análises visaram conhecer a maneira como as adolescentes e suas mães elaboram as lembranças de um passado violento, como sobrevivem com o fim de um segredo que se encontrava tão bem guardado, cujas recordações reascendem o sofrimento a ponto de fazelas desejar restabelecer o silêncio rompido. São analisados ainda, os discursos, principalmente das mães a respeito dos abusadores. A permanência de antigos valores, a mediação de Deus e sua função de fazer justiça, os valores cristãos relacionados ao perdão, a relativização dos “erros” cometidos pelos homens, a luta entre o desejo de esquecer e a autonomia da memória em relação ao sujeito, encontram-se todos presentes.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Sociologia da Família. In: CANEVACCI, M.

Dialética da Família. Trad. Nelson Coutinho. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida, 1985.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hanna. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Da Violência*. Trad. Maria Cláudia D. Trindade. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças e adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo. *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Pele de asno não é só história... Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes*. São Paulo: Roca, 1988.

- _____. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. Violência física e sexual contra crianças e adolescentes.* São Paulo, Iglu, 1989.
- _____. (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.* São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *A violência doméstica na infância e adolescência.* São Paulo: Robe, 1995.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento.* 17^a. ed. Petrópolis: Vozers, 1999.
- CANEVACCI, Massimo. (Org.) *Dialética da Família.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, J. Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar.* 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. *Violência e Psicanálise.* Rio de Janeiro: Graal, 2^a. ed., 1986.
- CROCHIK, José Leon. Teoria Crítica e Ideologia. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. (Org.). *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento.* São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *A violência doméstica na infância e adolescência.* São Paulo: Robe, 1995.
- ENGELS, F. *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado.* Trad. Leandro Konder. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.
- _____. *Política.* São Paulo: Ática, 1981. Coletânea organizada por José Paulo Neto.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei Federal n. 8.069 de 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Violência Contra a Infância*. In: Sociedade e Estado. Nº 2, Volume X, Jul\dez. 1995.

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das Mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FRIGOTO, Gaudêncio. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito. In: FRIGOTO, Gaudêncio. *Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica I*. Trad. Hilde Conh. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LASCH, Christopher. *Refúgio Num Mundo Sem Coração. A família: Santuário ou Instituição Sitiada?* Trad. Italo Tronca e Lúcia Szmrecsanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *Carismáticos e Pentecostais: Adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

MARTINEZ, Alessandra Frota. Educar e Instruir: *Olhares Pedagógicos sobre a criança pobre no século XIX*. In: RIZZINI, Irene. (Org.). *Olhares Sobre a Criança no Brasil: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula,, 1997.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: 7ª. edição, Global, 1988.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família e Desafios na Sociedade Brasileira: Valores como um ângulo de análise*. Rio de Janeiro: Ed. Loyola, 1993.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A (Des) Integração na América Latina e Seus Reflexos Sobre a Infância. In: RIZZINI (Org.). *A Criança no Brasil Hoje: Desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

SARTI, Cyntia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SARTI, Cyntia Andersen. *Família e individualidade: um problema moderno*. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: 2ª. Ed., Cortez, 1997.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da Cidade Disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1985.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 14ª. ed., 1991.

POSTER, Mark. *Crítica da Família*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

ROYER, Michèle. As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. In: GABEL, Marceline. *Crianças Vítimas de Abuso Sexual*. Trad. Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1997.

VIGARELLO, Georges. *História do Estupro. Violência Sexual nos Séculos XVI-XX*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1998.

ZUMTHOR, Paul. *Tradição e Esquecimento*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.